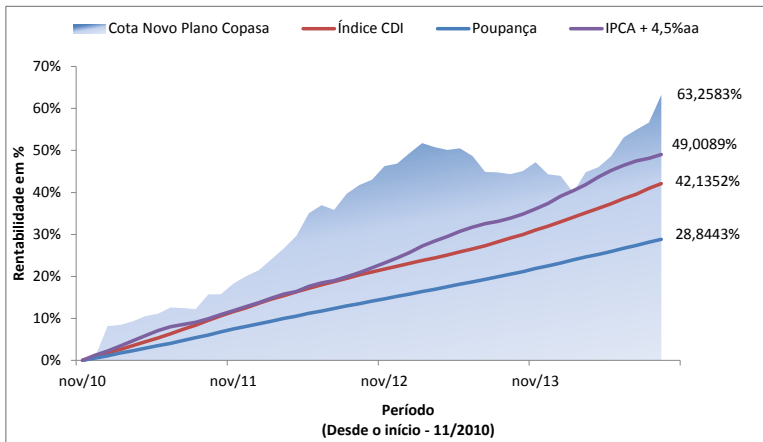


Evolução da Rentabilidade Acumulada

Rentabilidades Acumuladas (COTA)

Período	Plano (%)	IPCA + 4,50 (%)	% da Meta
Mês atual	4,22	0,62	682,78
Últimos 6 meses	12,72	5,02	253,24
Últimos 12 meses	13,08	11,31	115,72
Últimos 24 meses	15,15	23,28	65,10
Últimos 36 meses	41,10	35,58	115,54
Desde o início (11/2010)	63,26	49,01	129,08

Descrição das variáveis do gráfico

Cota Novo Plano Copasa: expressa o retorno acumulado do plano desde 11/2010. A cota do mês reflete a variação dos investimentos do mês anterior;

Índice CDI: expressa a variação acumulada do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), considerada como taxa de retorno livre de risco pelo mercado, no mesmo período;

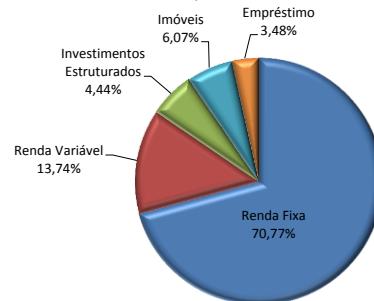
Poupança: rentabilidade da caderneta de poupança no mesmo período;

IPCA + 4,5% a.a.: reflete a variação da inflação medida pelo IPCA (índice oficial para inflação considerado pelo governo) acumulada com um ganho real de 4,5% ao ano, no mesmo período.

Mensais	2012		2013		2014	
	Plano (%)	% da Meta	Plano (%)	% da Meta	Plano (%)	% da Meta
janeiro	1,18	135,24	1,71	161,79	-0,27	-20,57
fevereiro	2,12	227,90	1,58	128,31	-2,71	-295,06
março	2,13	259,59	-0,63	-65,27	3,43	323,67
abril	2,36	407,64	-0,46	-54,50	0,86	66,29
maio	4,18	413,66	0,26	28,18	1,74	167,27
junho	1,40	192,77	-1,20	-162,58	3,04	366,88
julho	-0,81	-180,54	-2,57	-408,92	1,19	154,88
agosto	2,82	352,45	-0,08	-19,58	1,09	288,73
setembro	1,48	190,60	-0,28	-45,64	4,22	682,78
outubro	0,88	94,18	0,51	71,13		
novembro	2,28	237,26	1,44	153,37		
dezembro	0,42	43,12	-1,96	-215,49		
Acumulado no ano	22,35	217,40	-1,76	-21,23	13,13	154,50

Composição dos Recursos Garantidores

Segmento	Valor em R\$	% de Alocação
Disponível	99.516,00	0,01
Renda Fixa	607.457.781,35	70,80
Renda Variável	117.931.104,67	13,75
Investimentos Estruturados	51.015.555,63	5,95
Investimentos no Exterior	-	0,00
Imóveis	52.072.021,93	6,07
Empréstimo	29.849.978,47	3,48
Exigível Contingencial	(451.885,89)	-0,05
Total dos Investimentos	857.974.072,15	100,00

ENQUADRAMENTO


Nota: Segmentos previstos na legislação da previdência complementar.

Rentabilidades por Segmento

Segmento	Mês Atual	12 Meses	24 Meses	36 Meses	Desde o início
Varição da COTA	4,22	13,08	15,15	41,10	63,26
Renda Fixa	1,85	10,55	11,12	34,12	53,82
Renda Variável	7,73	16,02	14,99	34,98	20,85
Investimentos Estruturados	10,54	11,27	3,26	111,60	136,02
Investimentos no Exterior	-	-	-	-	-
Imóveis	0,38	4,18	17,66	26,78	35,20
Empréstimos a Participantes	0,79	14,10	37,58	61,82	89,57
IBOVESPA	9,78	22,54	7,40	8,47	-13,29
IPCA + 4,5% aa	0,62	11,31	23,28	35,58	49,01

NOVO PLANO COPASA

Os planos de benefícios de previdência complementar têm por base a acumulação de recursos provenientes da contribuição dos participantes e das empresas patrocinadoras. Esses recursos são aplicados no mercado financeiro, cujas regras são estabelecidas por órgãos governamentais, como a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc e o Conselho Monetário Nacional, entre outros. O montante acumulado por cada plano servirá para o pagamento dos benefícios previstos em seu regulamento.

Outro ponto importante a destacar é o caráter de longo prazo dos investimentos dos fundos de pensão, cujos resultados devem ser avaliados em períodos acumulados, conforme apresentado no quadro acima. Essa característica é a base da Previdência Complementar, que está, naturalmente, ligada às oscilações do mercado financeiro.

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

Um dos objetivos traçados para os planos previdenciais, com relação aos investimentos dos recursos oriundos das contribuições, dos participantes e patrocinadoras, é de gerar rentabilidade suficiente para repor a inflação do período. No entanto, o rendimento correspondente à simples recomposição da perda inflacionária é muito pequeno para capitalizar os valores arrecadados, para cumprir com os compromissos de pagamentos dos benefícios.

Por esse motivo, além da busca pela recomposição da inflação, são definidas, para os planos, metas de rentabilidade com ganhos "reais", ou seja, com retornos acima da inflação. Em resumo, quando se estabelece que a meta de rentabilidade para o plano será de IPCA + 4,50% a.a., fica definido que, além da inflação, os gestores deverão gerar 4,5% a.a. de excesso de rentabilidade sobre o que der o IPCA.

Esse excesso de retorno é extremamente importante para o processo de formação de reserva, pois, se não for gerado, para que o benefício estimado seja alcançado será necessário um aporte maior de contribuições.

Assim, para que o monitoramento por parte dos participantes sobre o desempenho dos investimentos do plano seja feito de forma mais transparente, dado o conceito apresentado, o quadro "Variação da COTA" foi alterado, exibindo a rentabilidade do mês em relação à Meta, e não mais em relação ao CDI. De toda forma, o CDI continuará sendo item para comparação (no primeiro gráfico), tendo em vista que é um índice de mercado tido como de remuneração livre de risco.

A Fundação Libertas, com essa alteração na disposição dos dados, objetiva reforçar o conceito de que os investimentos de longo prazo são feitos para gerar retornos acima daqueles considerados livres de risco, pois, com isso, reduz o esforço dos participantes no período de contribuição. Obviamente, esse tipo de investimento gera oscilações e desconfortos no curto prazo, porém são justificados quando analisados em prazos maiores, com ganhos excedentes.

Comparando os resultados do plano com o mercado tradicional - baixo risco

A Fundação Libertas convida os participantes a uma reflexão acerca dos resultados obtidos pelos investimentos do plano. Os benefícios da gestão com foco no longo prazo têm sido tema presente na apresentação dos resultados, que acontece mensalmente através deste informe. Contudo, a proposta da edição atual é apresentar aos participantes uma análise prática dos resultados, por meio de uma linguagem simplificada.

A proposta de análise que fazemos é a seguinte: comparar a rentabilidade do plano com os retornos da poupança e do CDI, considerados no mercado como investimentos livres de risco, bem como com a variação do IPCA, que é o índice de inflação oficial do Governo Federal.

No caso do **Novo Plano Copasa** temos os seguintes resultados:

Descrição	Média de retorno ao ano, com base nos últimos três anos			Ganho médio do plano, ao ano, sobre cada um dos índices de referência, em pontos percentuais:	Ganho acumulado do plano nos últimos 36 meses, sobre cada um dos índices de referência, em pontos percentuais:
	12 meses	24 meses	36 meses		
Novo P. COPASA	13,08%	15,15%	41,10%	12,16%	
Poupança	6,89%	13,51%	21,48%	6,70%	19,62
IPCA	6,51%	12,89%	18,80%	5,91%	22,30
CDI	10,10%	18,07%	29,73%	9,06%	11,37

Pontos de Reflexão

Avaliação dos resultados

Diante das informações expostas no quadro e no gráfico, é possível verificar que os resultados da gestão do plano superam as aplicações sob análise. Isso se dá, principalmente, por causa da diversificação dos investimentos.

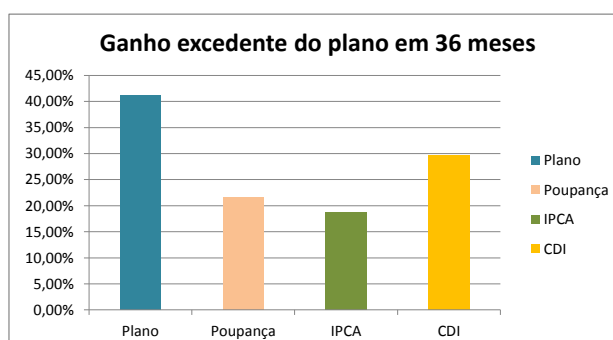
Obviamente esse tipo de gestão traz volatilidade para a cota do plano, ou seja, um nível maior de oscilação. No entanto, é importante ressaltar que os ativos selecionados para a carteira do plano são analisados com base em fundamentos técnicos, com objetivo de maximizar os retornos, sem perder de vista os controles que limitam as possibilidades de perda e que protegem o patrimônio do participante no longo prazo, ao contrário do que uma oscilação de momento possa transparecer.

Também é fundamental o entendimento de que, com base no ganho excedente apresentado, que o investimento tradicional, considerado como livre de risco (poupança e CDI), na verdade não o protege dos efeitos inflacionários da mesma forma que uma gestão ativa e diversificada em vários tipos de ativos, com riscos e expectativas de retornos diferentes. Enfim, o que se tem ganha com a poupança é uma falsa sensação de segurança, quando na verdade o poder de compra do dinheiro poupado vai diminuindo com o tempo.

Simulação de investimento individual

Uma pessoa física, ao procurar um banco para aplicar seu dinheiro, consegue, em média, um retorno de 80% da rentabilidade do CDI, ou seja, se o CDI der 10% no ano, o investidor terá apenas 8%. Além disso, será tributado com o desconto do Imposto de Renda na fonte, perdendo a vantagem do diferimento do imposto*, com a qual conta nos aportes realizados em um plano de previdência complementar. Sendo assim, para tornar mais prático o entendimento do exemplo dado, seguem os cálculos feitos com base na variação efetiva do CDI nos últimos 36 meses, para permitir a comparação com o desempenho do seu plano:

CDI	29,73%	Valor do suposto Investimento:	R\$ 1.000,00
Rentabilidade: 80% x CDI =	23,79%	Rendimento:	R\$ 237,87
IR (Imposto de Renda)**	15,00%	IR	R\$ 35,68
Prazo da Aplicação (3 x 360 dias):	1080 dias	Rendimento líquido:	R\$ 202,19
		Rentabilidade Líquida:	20,22%
		Rentabilidade do plano:	41,10%
Ganho do plano em relação ao investimento individual, em pontos percentuais:			20,88



Em paralelo às vantagens relacionadas à gestão de longo prazo, resalta-se ainda a questão da contrapartida da patrocinadora, por se tratar de um plano de previdência complementar patrocinado. Em outras palavras, além das contribuições do participante, a empresa empregadora também contribui para a formação da reserva que servirá para o pagamento dos benefícios no futuro. Isso, por si só, já é um ganho extraordinário de rentabilidade, que deve sempre ser destacado.

* **Diferimento do imposto de renda:** os aportes feitos em planos de previdência complementar podem ser deduzidos da base de cálculo do imposto de renda até o limite de 12% ao ano. Nesse caso o imposto será pago apenas quando o participante entrar em gozo de benefício, sendo o IR descontado do valor a ser recebido. A vantagem disso é que o valor do imposto, por não ter a obrigação da retenção de curto prazo, será investido e ajudará na acumulação da reserva, ao passo que, em uma aplicação feita diretamente por uma pessoa física, a retenção ocorreria na fonte sempre que o título vencer.

** **Imposto de Renda:** a alíquota de imposto de renda é regressiva, ou seja, quanto mais tempo o dinheiro ficar aplicado, menor será o imposto a ser pago. A tabela vigente é a seguinte:

Prazo da Aplicação	% de IR sobre o Rendimento Bruto
Até 180 dias	22,5%
De 181 a 360 dias	20,0%
De 361 a 720 dias	17,5%
Acima de 720 dias	15,0%